

A EXISTÊNCIA DA VERDADE E A CRÍTICA AO RELATIVISMO

Felipe Soares Forti (IC) e Christian Brially Tavares de Medeiros (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackenzie

RESUMO

O artigo a seguir propõe-se a discutir o conceito de verdade, defendendo a verdade como uma propriedade de uma proposição quando esta corresponde a um fato no mundo. Também há uma crítica ao relativismo, a teoria da verdade pós-moderna que diz que a verdade é relativa de acordo com indivíduos, culturas e épocas.

Palavras-chave: Verdade. Relativismo. Teoria da Verdade por Correspondência.

ABSTRACT

The following article proposes to discuss the concept of truth, defending truth as a property of a proposition when it corresponds to a fact in the world. There is also a critique to relativism, the post-modern theory of truth, which states that truth is relative to individuals, cultures and times.

Keywords: Truth. Relativism. Correspondence Theory of Truth.

1. INTRODUÇÃO

“O que é a verdade?” Essa é a pergunta devastadora que confunde nossa sociedade atual. Para a maioria das pessoas, a verdade é definida como uma crença. Talvez alguns a prefiram como uma “opinião cultural”. A dúvida com relação à verdade, porém, não é nova. Há cerca de dois mil anos, Pôncio Pilatos, embora em outro contexto, fez essa mesma pergunta (Jo 18:38). No diálogo entre Sócrates, Hermógenes e Crátilo, é dito que “a proposição que se refere às coisas como elas são, é verdadeira, vindo a ser falsa quando indica o que elas não são” (PLATÃO, 1988, 385b, p. 104). Aristóteles, quando falou sobre a verdade, colocou do seguinte modo: “falso é dizer que o ser não é ou que o não-ser é; verdadeiro é dizer que o ser é e que o não-ser não é” (METAFÍSICA Γ, 7, 1011b, 25). Tomás de Aquino seguiu o mesmo caminho, dizendo que “se define a verdade pela conformidade do intelecto e da coisa” (TOMÁS DE AQUINO, 2009, p. 361).

O que Platão, Aristóteles e Tomás estão expondo é uma teoria de verdade conhecida como Teoria da Verdade por Correspondência (TVC). Na teologia judaico-cristã, a correspondência também é um critério para se classificar algo como verdade. No nono mandamento, nós lemos: “Não dirás falso testemunho contra o teu próximo” (Êx 20:16). Aqui é pressuposta a correspondência entre a proposição e o fato. Se for dito contra o “próximo” algo que não corresponda aos fatos, então o mandamento é violado (GEISLER, 2010, p. 106). Similarmente, Moisés diz que se um profeta for testado e o que ele disse não acontecer, então ele é um falso profeta (Dt 18:22). Ou seja, as afirmações de um profeta devem corresponder aos fatos que acontecem. Se não corresponderem, então podemos classifica-lo como um falso profeta (Ibid. p. 106-107).

Jesus disse: “Eu sou o caminho, e a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai, senão por mim” (Jo 14:6). A palavra *aletheia*, que é traduzida como “verdade” ocorre com o artigo definido *he*. Por isso, a tradução está correta, e vemos que Jesus disse “eu sou... A Verdade...”. Além disso, o verbo *eimi* (“sou”) já seria necessário para dar a ideia de que Jesus é a verdade. Assim como em português, *eimi* já carrega em seu sentido o pronome pessoal “eu”. Ou seja, quando Jesus usa *ego eimi* (“eu sou”) está enfatizando o fato de ele, e somente ele, ser o caminho, a verdade e a vida.

Outro ponto adicional que pode ser enfatizado, é a diferença entre as palavras gregas *aletheia* e *aléthinos*. A primeira denomina uma verdade fundamental, sendo o contrário de ilusão no que diz respeito à realidade (BIBLEHUB, 2004?a). Ou seja, é algo fundamental para a realidade. Já a segunda é a verdade no sentido contrário da palavra “mentira” (BIBLEHUB, 2004?b). Portanto, concluímos que Jesus ao afirmar ser a verdade estava enfatizando que

ele, e somente ele, é a Verdade, sendo também o próprio fundamento daquilo que podemos chamar de *verdade*.

Nos tempos atuais, entretanto, há um ataque direto ao conceito de verdade como definido pela TVC. Indo contra o que essa teoria diz, surgiu o relativismo da verdade, o qual teve sua provável origem nos sofistas da época de Sócrates. Aristóteles, em sua *Metafísica*, falou do contraste entre os filósofos e os sofistas, dizendo que os filósofos conheciam as coisas verdadeiramente, enquanto os sofistas apenas aparentavam ter conhecimento (METAFÍSICA Γ, 2, 1004b, 9). Um dos primeiros sofistas foi Protágoras, conhecido como o primeiro relativista (GEISLER, 2012, p. 46).

Essa doutrina filosófica teve seu ressurgimento nos pensamentos de Friedrich Nietzsche. O relativismo é a principal característica do pós-modernismo. De acordo com Richard Rorty¹, um dos filósofos pós-modernistas do século XX, nós deveríamos “desistir da Teoria da Verdade por Correspondência, e começar a tratar as crenças morais e científicas como ferramentas para alcançar a grande felicidade humana, ao invés de representações da natureza intrínseca da realidade” (Apud. MYERS; NOEBEL, 2015, p. 148).

De acordo com o pós-modernismo, a verdade é relativa às pessoas, culturas e épocas. As culturas, com seus conjuntos linguísticos e culturais, estão presas em uma espécie de “bolha” que impede o membro de uma determinada cultura de comunicar uma verdade. Para o pós-modernismo nós não podemos conhecer o mundo diretamente, apenas nossas interpretações dele, já que nossa linguagem está moldando o que pensamos e falamos a respeito dos objetos do mundo (MYERS; NOEBEL, 2015, p. 156). Por não termos acesso aos fatos do mundo, aquilo que chamamos de “verdade” é apenas uma construção social (Ibid. p. 151). Em vista disso, o pós-modernismo é uma forma de relativismo cultural que reinterpreta o que é a realidade, a verdade, a razão, o valor, os sentidos linguísticos, o “eu”, dentre outras coisas (MORELAND, 2007, p. 77).

O objetivo, portanto, desse artigo é expor os argumentos a favor da existência da verdade, em particular demonstrar a maior razoabilidade da Teoria da Verdade por Correspondência, contrastando com o relativismo da verdade. Por conseguinte, deve ser feita uma crítica à teoria relativista, demonstrando suas incoerências internas e problemas.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

2.1. A TEORIA DA VERDADE POR CORRESPONDÊNCIA

Tendo introduzido duas teorias opostas de verdade, nós nos encontramos com um questionamento: como a Teoria da Verdade por Correspondência propõe uma definição de

¹ Rorty também está, aqui, apresentando uma forma de pragmatismo.

“verdade”? O que significa dizer que uma proposição deve corresponder a um fato? Para entendermos melhor o que a teoria propõe, considere o seguinte exemplo: suponha que Luís receba um telefonema e lhe é dito: “João morreu com câncer”. Surge então um novo estado mental em Luís: o de que João está morto. Luís torna-se consciente do conteúdo de seu pensamento, o que o indica duas coisas relacionadas a ele: a natureza do objeto intencional do seu pensamento (João, que está morto) e passos necessários para se verificar a verdade desse pensamento. No caminho, ele encontra seu amigo, Orlando, que o acompanha sem saber o porquê e nem onde está indo. Ao chegar no local, ambos possuem a experiência sensorial de ver o corpo de João e um papel indicando a causa da morte. Nesse caso, Luís possui uma experiência que Orlando não possui: a de experimentar que o conteúdo do seu pensamento corresponde com os fatos, ficando, então, consciente de que seu pensamento era verdadeiro.²

“Verdade”, portanto, deve ser definida como a propriedade de uma proposição quando há *correspondência* com a realidade (ou com os fatos). Em outras palavras, deve haver uma correspondência entre um **portador da verdade** e um **assegurador da verdade**³. Deve ser apontado que a TVC não utiliza como portador da verdade uma sentença ou uma declaração. William Lane Craig e J. P. Moreland explicam as sentenças e as declarações da seguinte forma:

Uma sentença é um tipo ou um símbolo linguístico constituído por uma cadeia de marcas perceptíveis aos sentidos, formadas de acordo com um conjunto culturalmente arbitrário de regras sintáticas. Uma declaração é uma sequência de sons ou de movimentos corporais empregados por um orador para afirmar uma sentença em uma ocasião específica. (MORELAND; CRAIG, 2005, p. 173)

Apesar de serem dois candidatos a portador de verdade, o teorista da verdade por correspondência afirma que o valor de verdade não pode estar em nossas formulações linguísticas. Uma das razões para isso é que sentenças e declarações podem cair em ambiguidade. Considere a seguinte frase: “Luís foi verificar a morte de João com Orlando”. Há uma ambiguidade, ainda que implícita, nessa sentença. O que está sendo dito é que Orlando acompanhou Luís até o local, ou que Orlando havia morrido com João? Então, a sentença dita acima pode possuir valor de verdade **tanto** verdadeiro **quanto** falso. Isso nos levaria a sérios problemas, pois haveria um valor de verdade misto nessa sentença. Como William Alston explica:

² Apesar de Craig e Moreland usarem o mesmo argumento, por razões didáticas o exemplo apresentado aqui é diferente do apresentado por eles. Cf. MORELAND; CRAIG, 2005, p. 179.

³ A expressão “assegurador da verdade” vem da tradução de “truthmaker”. Essa expressão foi escolhida por se adequar melhor ao conceito original de “truthmaker”, em contraste com outras traduções, que escolhem “criador de verdade” ou “fazedor de verdade”

[...] há razões teóricas fortes para se desejar portadores de verdade que possuam um único valor. Se o meu conhecimento de p requer que seja verdade que p , eu me sentiria traído se, depois de ter garantido de que é verdade que p , alguém dissesse, “Mas isso também é falso”. [...] Aqui é crucial que cada item tenha apenas um valor de verdade. (ALSTON, 1996, p. 10)

Alston aponta que o mesmo problema se encontra em colocar declarações como portadoras de verdade. Suponha, por exemplo, que a árvore no parque esteja morrendo. Você, então, diz que a árvore está morrendo ao seu amigo. Prontamente, ele responde “isso está certo”. Ao que a palavra “isso” se refere? Ao que foi afirmado (“a árvore está morrendo”) ou é o ato de afirmar isso que é um ato certo? A resposta natural seria a primeira, mas a ambiguidade na declaração ainda assim é existente (Ibid. p. 14).

A ineficácia de sentenças e de declarações como portadores de verdade fica evidente quando se considera o fato de que há exemplos de cada um que não podem ser classificados como verdadeiros ou falsos. Para se possuir valor de verdade, deve haver sentido, mas há sentenças e declarações que não possuem sentido (MORELAND; CRAIG, 2005, p. 173). Além de sentenças sem sentido, há declarações que expressam emoções (“Ai!” em caso de sofrimento) ou realizam ações (declarar “eu aceito” em um casamento). (Ibid.)

Desse modo, vemos como sentenças e declarações são inapropriados para serem portadores de verdade. Porém, há mais razões para se atribuir valor de verdade a outro candidato a portador de verdade: a proposição, ou o conteúdo proposicional de uma sentença ou de uma declaração. Moreland apresentou algumas razões para se crer que as sentenças não são necessárias e nem suficientes para se ter o conteúdo proposicional (MORELAND, 2007, p. 84). Não é necessário, pois crianças possuem conteúdo em seu pensamento antes de aprender qualquer tipo de linguagem. Afinal, de que outro modo elas aprenderiam uma linguagem? Além disso, nós mesmos pensamos sem a linguagem constantemente. Mais importante do que isso, o mesmo conteúdo proposicional pode ser expresso em um número potencialmente infinito de sentenças. Eu posso escrever que “a neve é branca”, “snow is white”, “la nieve es blanca” ou “schnee ist weiss” e eu sentenciei a mesma proposição. Nesse caso, a proposição pode ser dita por um número potencialmente infinito de declarações também.

Moreland continua com um exemplo de como a sentença também não é suficiente: suponha que uma erosão num monte cravasse o conjunto linguístico de palavras “eu erodi”. Apesar de ser empiricamente equivalente a qualquer outro sinal linguístico desse tipo que expressasse uma proposição, essa sentença não possui nenhum sentido ou conteúdo, pois não possui intenção autoral (Ibid.). Por outro lado, a proposição sempre possui uma intencionalidade (“de”, “sobre”, “em direção a”) em relação ao objeto. Por conseguinte, é por causa da intenção do autor que qualquer representação acerca da proposição “a neve é

branca” fala sobre a neve, e não sobre a cidade de São Paulo (MORELAND; CRAIG, 2005, p. 175).

Com isso, fica claro que a ineficácia de conjuntos linguísticos como portadores de verdade é irrelevante para invalidar a TVC. Um relativista aponta para o fato de a linguagem constantemente mudar de sentido e significado, caindo em ambiguidades e em dificuldades de entendimento pelo interprete. Também se aponta que essa ambiguidade e ineficácia de declarações e sentenças não representa a realidade de forma precisa. Por causa de todas essas dificuldades linguísticas, o relativista diz que a verdade (supostamente portada por uma sentença ou por uma declaração) é relativa. Mas a sentença e a declaração como portadoras de verdade é justamente o que um teorista da verdade por correspondência nega. Como Moreland diz:

Os pós-modernistas atacam um espantalho quando eles focam nas alegadas inadequações de objetos linguísticos para fazer o serviço que é requerido a eles na teoria da verdade por correspondência. [...] Infelizmente, mesmo concordando com o fato de que a linguagem (e certas sensações) é problemática se tomada para representar as coisas do mundo (por exemplo, concordando que a conexão linguagem/mundo seja arbitrária), se segue que o sujeito humano falha em conseguir representar o mundo de modo preciso apenas se nós concordarmos com a ainda afirmação errônea de que as entidades representacionais são limitadas à linguagem (e a certas sensações). Mas isso é precisamente o que os teóricos da verdade por correspondência negam. (MORELAND, 2007, p. 85)

O fato simples é que a verdade deve ser entendida como a correspondência entre uma *proposição* e um fato ou estado de coisas. Os relativistas e pós-modernistas atacam um espantalho quando apontam a ineficácia de sentenças e declarações como portadoras de verdade. Um teorista da verdade por correspondência não usa esses artigos linguísticos, mas sim o conteúdo deles.

2.1.1. UMA DEFESA DA TEORIA DA VERDADE POR CORRESPONDÊNCIA

A questão que nos cerca agora é: a TVC é verdade? Dois argumentos principais têm sido discutidos em favor dessa teoria (MORELAND; CRAIG, 2005, p. 179). O primeiro argumento é chamado de argumento fenomenológico, e foi explicado acima no exemplo de Luís tomando conhecimento da morte de seu amigo João. O exemplo se limita a uma verdade que foi experienciada pelos sentidos (Luís verificar a morte de seu amigo). Entretanto, isso não é necessário em todos os casos. Uma pessoa poderia ter um pensamento sobre determinado sentimento, e, por meio de introspecção, descobrir se há ou não uma correspondência entre seu pensamento e seu estado mental interior (Ibid. p. 179-180).

O segundo argumento é chamado de argumento dialético. Em poucas palavras, esse argumento diz que qualquer um que desenvolva uma teoria de verdade alternativa ou que rejeite a TVC terá que pressupô-la. Dito de outro modo

os que rejeitam a teoria da correspondência consideram suas próprias declarações verdadeiras no sentido da correspondência ou o contrário disso. Se o primeiro caso estiver certo, então as declarações são autorrefutáveis. No segundo caso, não há razão para aceitá-las, porque uma pessoa não pode tomar suas próprias declarações como verdadeiras. (Ibid. p. 180).

Além destes argumentos, Norman Geisler oferece diversos motivos pelos quais devemos favorecer a TVC: (1) mentiras seriam impossíveis se aquilo que é dito não tivesse que corresponder com a realidade, fazendo com que qualquer alegação factualmente incorreta possa ser verdadeira; (2) para se saber se algo é verdadeiro, é preciso que haja diferença entre as coisas e o que é dito sobre elas, e essa relação pressupõe a correspondência, de modo que, sem essa relação, não iria ter como avaliar um erro; e (3) toda comunicação sobre fatos seria impossível se a TVC estiver incorreta, pois não haveriam afirmações com informações que correspondem aos fatos (GEISLER, 2010, p. 106).

2.1.2. CARACTERÍSTICAS DA VERDADE

Tendo explicado e argumentado a favor da TVC, há duas características da verdade que se tornam evidentes: primeiro, a verdade não muda, nossa concepção é que muda. A Terra nunca foi plana, ela sempre foi redonda, não importa o quanto as pessoas tenham acreditado que ela é plana. Portanto, foi nossa concepção sobre o mundo que mudou, não a verdade (Ibid., p. 110); segundo, a verdade é transcultural. Nenhuma cultura pode elaborar um conceito autocontraditório, como o de solteiros casados ou de uma primeira-causa causada. Com isso, vemos que a verdade sempre está conformada aos primeiros princípios da lógica. Os princípios da lógica são: o princípio da identidade (A é A), o princípio da não-contradição (A e não-A não podem ser verdade ao mesmo tempo e no mesmo sentido) e o princípio do terceiro excluído (entre A e não-A, não há terceira opção). Suponha que alguém diga: “eu acho que A e não-A podem ser verdade”. Note que há uma contradição aqui: se A e não-A pudessem ser verdadeiros, isso significaria que o seu oposto (“A e não-A não podem ser verdadeiros”) seria falso. Em outras palavras, A (“A e não-A podem ser verdadeiros”) seria verdadeiro, enquanto não-A (“A e não-A não podem ser verdadeiros”) seria falso. Consequentemente, até mesmo para se tentar negar esses princípios deve-se pressupô-los, o que mostra que eles são verdades absolutas (MORELAND, 2013, p. 119).

2.1.3. VERDADE E VERIFICAÇÃO

Uma das doutrinas filosóficas que apareceu no século XX foi a do Positivismo Lógico. Seu princípio de sentido dizia que para que uma sentença tenha sentido ela deve, em princípio, ser empiricamente verificável. Agora, a TVC não diz que eu não preciso verificar um fato empiricamente para saber que o que foi dito é verdade ou ter um aval de alta probabilidade disso. Por conseguinte, a TVC, da forma como apresentada aqui, é algo contrário ao que diz o antigo Princípio da Verificação de Sentido (ou Verificacionismo). Tal

princípio, porém, tem sido rejeitado no meio científico e filosófico. Dentre algumas razões para isso, o filósofo J. L. Mackie, chamando esse princípio de “altamente implausível”, diz que ele acaba criando diversos problemas relacionados a declarações sobre o passado, sobre eventos históricos, sobre mentes, sobre os sentimentos das pessoas, entre outros problemas (MACKIE, 1982, p. 2).

Mas o Verificacionismo encontra problemas mais sérios quando se percebe que, pelos seus próprios critérios, ele mesmo não poderia fazer sentido. A sentença, “para que uma sentença faça sentido ela deve, em princípio, ser empiricamente verificável”, não pode ser empiricamente verificada. O filósofo Ronald Nash concluiu que “o critério de sentido dos positivistas se mostrou sem sentido” (NASH, 1988, p. 53).

2.1.4. CONCLUSÃO

A Teoria da Verdade por Correspondência atravessou as eras como uma teoria que afirma a objetividade da verdade. Além de seus defensores no meio filosófico, a TVC está presente nos textos bíblicos. A verdade deve ser entendida como a propriedade de uma proposição quando há uma correspondência entre ela e um fato. Nesse sentido, p é verdadeiro se e somente se for o fato de que p . Vemos isso como algo que experimentamos e desejamos todos os dias. Além disso, seria contraditório ir contra a TVC, pois seria necessário pressupô-la. Qualquer teoria da verdade que tente descrever o que a verdade é no mundo está pressupondo que sua descrição corresponda ao fato do que a verdade é.

Por fim, esse entendimento da verdade independe de desejos, conhecimento ou cultura, e também não depende de verificação. Algo é verdade mesmo que nós desejemos que não seja, ou que nós tenhamos um conhecimento equivocado sobre algo. Tendo dito isso, devemos agora partir da defesa de uma teoria que afirma a existência de verdades objetivas e demonstrar porque a teoria pós-moderna que afirma a relatividade da verdade falha no exame da lógica e da moral.

2.2. O RELATIVISMO DA VERDADE

Talvez o relato mais antigo das ideias relativistas tenha sido registrado por Platão e atribuído a Protágoras. De acordo com Platão, Protágoras foi o autor da frase “o homem é a medida de todas as coisas” (PLATÃO, 1988, 152a, p. 15). A narrativa continua com Sócrates interpretando Protágoras: “Não quererá ele, então, dizer que as coisas são para mim conforme me aparecem, como serão para ti segundo te aparecerem? Pois eu e tu somos homens” (Ibid.). Protágoras foi, mais tarde, criticado por Aristóteles por seu relativismo, o qual negava o princípio da não-contradição (METAFÍSICA Γ, 5, 1009a, 10).

Em seu tempo, Aristóteles lamentou que haviam filósofos, aqueles que deveriam ser os que “buscam a verdade”, ensinando que doutrinas contraditórias poderiam ser ambas

verdadeiras ao mesmo tempo e no mesmo sentido. De acordo com o Filósofo, tal doutrina deve desanimar, e com razão, qualquer um que queira começar a filosofar, pois “Buscar a verdade seria como correr atrás de um pássaro voando.” (METAFÍSICA Γ, 5, 1009b, 35).

A proposta de Protágoras é chamada de relativismo individual. Entretanto, formas diferentes de relativismo existem. Uma forma popular de relativismo é o relativismo cultural que se enquadra mais como uma teoria de verdade pós-moderna. Craig e Moreland explicam da seguinte maneira o relativismo como teoria de verdade pós-moderna: “O ponto importante é que a verdade é relativa a uma comunidade linguística que compartilha da mesma narrativa [...]. Não existe verdade objetiva. Não existe um ponto de vista de Deus sobre as coisas. Em vez disso, todo pensamento é histórica e socialmente condicionado” (MORELAND; CRAIG, 2005, p. 187).

Um dos pensadores mais conhecidos que defendeu certa forma de relativismo foi Friedrich Nietzsche. Contrário aos relativistas do tempo de Platão e Aristóteles, Nietzsche não defendia que todas as crenças eram verdades. De acordo com Nietzsche, diz Angela Cilento, o homem, diante do caos do mundo e da vida sentiu necessidade de colocar ordem em tudo. Ao desenvolver seu intelecto, o homem, para a sua sobrevivência, criou ilusões e mentiras com a pretensão de serem verdades. E foi assim que nasceram as interpretações de mundo (CILENTO, 2012, p. 1). Essas “verdades” são válidas, pois oferecem sentido e conforto, mas são incapazes de abarcar a verdade do mundo (Ibid.). Em outras palavras, explica Marco Sabatini, para Nietzsche

o nosso conhecimento sobre o mundo é apenas uma interpretação, ou melhor, uma perspectiva criada pelo homem que, levada ao extremo, não pode ser classificada como errada ou certa, pelo simples fato de não haver nada, além do próprio homem, que a julga. Não há leis na natureza, por exemplo, não há verdades que possam sustentar a base do “certo” e do “errado” a ponto de desconsiderar ou considerar um juízo, de desprezar ou prezar um argumento. (SABATINI, 2012, p. 239)

Por crer que o homem é o criador do conhecimento, Nietzsche rejeita a noção platônica de que o homem descobre a verdade na essência das coisas. Para ele, se o homem descobre a verdade ao invés de cria-la, então ele está aprisionado pelos fatos do mundo, de modo que o conhecimento verdadeiro anula a vontade do indivíduo. Como explica Sabatini:

[...] para se buscar a verdade – encontrar a essência da coisa, as características da “coisa em si”, em contraposição às aparências, enganos, erros, como queria Platão –, deve-se anular totalmente as criações de alguém; caso contrário não há conhecimento, mas opinião [...]. Ora, se a verdade é a revelação da realidade, ou melhor, a descoberta de uma propriedade, de uma lei essencial a um objeto, então nada se tem para criar ali, nada é do próprio homem. O conhecimento assim não é uma criação humana, mas uma descoberta de essências – de regras que aprisionam o pensamento. Dessa forma, o conhecimento se mostra totalmente desinteressado, ou seja, nele não contém nenhuma intenção, nenhuma vontade, nenhum fim; o homem mesmo é anulado – a sua vontade, desejo,

criação não significam nada diante de um objeto que tem a sua verdade. (Ibid. p. 244)

Por conseguinte, Nietzsche via a noção de que o conhecimento é a busca pela verdade como algo que aprisiona e anula a vontade. Mas outro fator importante na crítica de Nietzsche é o seguinte questionamento: quem revela as características do ser, que existe independente do homem? Não há nada, segundo Nietzsche, nesse “revelador” que garanta a existência dessas características. Ou seja, “aquele que acredita em tais verdades apenas está adotando o que outro ‘revelou’ – ou melhor, o que outro *criou* – e deixando suas próprias concepções de lado” (Ibid. p. 245). Aquele, porém, que cria as suas verdades, ao invés de adotar as verdades “reveladas”, é o “espírito livre” e o “filósofo do futuro” (Ibid. p. 247).

Dentro dessas “verdades” criadas, estão as interpretações de mundo. Cilentio explica que o próprio homem, que criou essas interpretações de mundo, acabou se esquecendo que todas foram criadas e que ele é o criador. Com essa capacidade artística, o homem criou a linguagem, que o permitiu superar o presente e acumular o conhecimento para passar por gerações (CILENTIO, 2012, p. 3, 4). Essa filosofia relativista foi chamada de *Perspectivismo*. Para o perspectivista, explica Paul Copan, a cultura e a linguagem moldam a forma como os indivíduos pensam, de modo que não podem escapar da sua perspectiva cultura. Em outras palavras, todos estão presos em seus próprios contextos (COPAN, 2009, p. 53). Seguindo esse pensamento, o perspectivista argumenta que nós não podemos ter acesso aos fatos, apenas aos nossos pensamentos. Por estarmos presos em nossa perspectiva e pensamentos, nunca poderíamos comparar nossos julgamentos com os fatos, o que impossibilitaria a relação de correspondência.

Explicadas as formas de relativismo, devemos partir para os argumentos de seus críticos, tanto contra o relativismo individual quanto contra as formas mais contemporâneas de relativismo, como o Perspectivismo de Nietzsche.

2.2.1. O RELATIVISMO E O PROBLEMA DA REGRESSÃO INFINITA

Avaliemos primeiro, então, o chamado relativismo individual, que diz que a verdade é relativa de pessoa para pessoa⁴. Nesse sentido, não há verdade absoluta, apenas verdades relativas a pessoas e preferências ou pontos de vista. Aqui já vemos uma grande diferença do relativismo para a TVC. Na TVC, é dito basicamente o seguinte: *p* é verdade se, e somente se, for o caso que *p*. Por exemplo, “A neve é branca” é verdade se, e somente se, for o caso de a neve ser branca. No caso do relativista, isso se torna inviável, já que o relativista faz a proposta: “A neve é branca” é uma verdade relativa ao meu ponto de vista. Mas, se esse for o caso, então a própria realidade é relativizada. E isso inclui a existência das “pessoas” e seus

⁴ Nesse sentido, a palavra “relativo” está sendo usada aqui como sinônimo de “subjetivo”.

“pontos de vista”. Mas a verdade de sua existência é relativa a que? John Searle considera duas opções: (A) pessoas e pontos de vista; ou (B) uma pessoa e seu ponto de vista individual específico (SEARLE, 2001, p. 5).

Analisemos primeiro (A), considerando, por exemplo, a proposição: (a) “A neve é branca”. Para o relativista, (a) é relativo ao ponto de vista (1). Todavia, se esse for o caso, então (b)- “(a) é relativo ao ponto de vista (1)” é relativo ao ponto de vista (2). Seguindo adiante, devemos concluir que (c)- “(b)- ‘(a) é relativo ao ponto de vista (1)’ é relativo ao ponto de vista (2)” é relativo ao ponto de vista (3), e assim por diante. Teríamos aqui uma regressão infinita de pessoas e pontos de vista sem fim. Searle conclui que isso tornaria impossível fazer declarações sobre qualquer coisa, pois qualquer declaração do relativista teria que ter outra declaração por trás, que deveria ser interpretada de modo relativista. Ainda assim, essa última declaração possuiria outra por trás, que necessitaria de uma interpretação relativista também (Ibid., p. 6).

Isso se segue se definirmos que a verdade é relativa a pessoas e pontos de vista. Mas Searle argumenta que a possibilidade (B) também é problemática: se, do meu ponto de vista, o qual é o único ponto de vista que tenho acesso, pessoas e seus pontos de vista existem apenas relativos a mim, então se cai em um solipsismo, que é a crença que apenas a minha mente existe, enquanto todo o resto é ilusório (Ibid.).

2.2.2. A CRÍTICA MORAL AO RELATIVISMO

Se a verdade é relativa, então verdades morais também são relativas. Ou seja, não há nada de valioso no próprio ser humano ou em suas ações ditas “morais”. Como Greg Koukl e Francis Beckwith expressam:

Quando a verdade morre, todas as suas subespécies, como a ética, perecem com ela. [...] Se não há verdade, então nada possui valor transcendente. Isso inclui o ser humano. A morte da moralidade reduz as pessoas ao status de meras criaturas. Quando as pessoas são vistas como coisas, então elas começam a ser tratadas como coisas. (BECKWITH; KOUKL, 2011, p. 9, 11)

Se a verdade e a moral são relativas a pessoas, ninguém pode, de modo coerente, acusar Hitler de ter feito algo errado. Do ponto de vista relativista, torturar homossexuais, machismo extremo e oprimir minorias não são atos objetivamente errados. Afinal, a verdade varia de pessoa para pessoa. Um psicopata que estupra e mata mulheres não faz nada de objetivamente errado para o relativista. O apelo às culturas diferentes não ajuda o relativista, pois, Hitler, por exemplo, convenceu milhares de pessoas que deveriam torturar e matar seis milhões de judeus. Do mesmo modo, ninguém poderia dizer que culturas que mutilam a genitália feminina estão erradas. Não há nenhum julgamento moral possível. O relativismo nos deixa em um mar de desespero, onde fingimos que há coisas erradas, mas no fim estamos apenas encenando para não admitir o óbvio. Antes de assumir o relativismo moral,

o relativista deverá admitir que: Hitler não estava errado; discussões acerca de direitos LGBT, aborto e feminismo são irrelevantes; não há diferença entre democracia e ditadura fascista; e as sociedades nunca melhoram (pois não há padrão objetivo). Esse último ponto nos leva ao chamado *dilema do reformador*. Como Craig e Moreland explicam, se o relativismo ético for verdadeiro, então é

logicamente impossível para uma sociedade ter um reformador virtuoso e moral como Jesus Cristo, Gandhi ou Martin Luther King Jr. Por quê? Porque os reformadores da moral, embora sejam membros de uma sociedade, colocam-se à parte de seu código e proclamam a necessidade de reforma e mudança desse código. Contudo, um ato está correto se, e somente se, ele estiver em concordância com o código da sociedade; então, o reformador moral é, por definição, uma pessoa imoral, pois seus conceitos são contrários aos de sua sociedade. (MORELAND; CRAIG, 2005, p. 503-504)

Mostrar a objetividade da moral, então, também pode nos servir de base argumentativa para uma refutação ao relativismo. Seguindo por esse caminho, a objetividade da moral pode ser apontada como uma crença apropriadamente básica⁵. Todos os homens têm um senso de que as verdades morais são objetivas por conta de sua experiência moral. Os exemplos no parágrafo anterior nos mostram como as pessoas geralmente creem na objetividade das verdades morais, mesmo quando dizem o oposto. Para mostrar que a crença em verdades morais objetivas é uma crença apropriadamente básica, Stephen Evans fornece um argumento baseado em uma *desanalogia*:

Entendemos que “ser estimado” é uma propriedade que alguém tem em virtude das atitudes tomadas em relação a essa pessoa pelos outros; se nós não admirarmos uma pessoa, então a pessoa deixa de ser estimada. Porém, ninguém pensaria que se nós deixássemos de desaprovar a matança de outras pessoas por prazer, isso iria de algum modo mudar o status moral de que tal matança é inaceitável para tornar-se aceitável. No primeiro caso, o que é verdade é decidido por nossas atitudes humanas, mas nós não pensamos que esse é o caso com propriedades morais. (EVANS, 2013, p. 163-164)

Na ausência de um anulador para essa crença, não há qualquer motivo para se crer que os valores e deveres morais sejam subjetivos ou relativos a culturas. Tocando nesse último ponto, o relativista pode responder dizendo que as crenças morais mudam de acordo com as culturas e épocas, e isso nos justificaria crer no relativismo moral. Entretanto, essa é apenas uma observação de crenças, não de fatos. Durante os séculos, as pessoas acreditaram em diferentes formatos para o planeta Terra, mas isso não implica que o formato do planeta seja relativo. Seguindo essa argumentação, Koukl e Beckwith dizem:

Até mesmo se o relativista estiver correto de que as culturas diferem radicalmente em seus valores morais básicos, e daí? A observação em si mesma não prova nada. Apenas porque culturas divergem em pontos-de-

⁵ Uma crença apropriadamente básica é uma crença que independe de evidências, mas que possui um aval enquanto não possui anuladores. Por exemplo, nossa crença de que o mundo externo é real, e não uma ilusão criada por um cientista e aplicada ao nosso cérebro; ou nossa crença no tempo passado, de modo que não cremos que ele foi criado há 5 minutos com uma aparência de idade.

vista moral não significa que a verdade moral objetiva seja ficção. Na lógica, isso é chamado de *non sequitur*; a conclusão não segue das premissas. (BECKWITH; KOUKL, 2011, p. 31, grifo nosso)

Assim, a “basicidade” das nossas crenças morais servem de evidência a favor da objetividade da moral. Como Evans aponta “se as obrigações morais são experienciadas como algo objetivo, isso fornece pelo menos uma evidência *prima facie* de que elas são objetivas” (EVANS, 2013, p. 160). Por conseguinte, nós podemos argumentar: (1) se a verdade é relativa, então verdades morais também são relativas; (2) verdades morais não são relativas; (3) portanto, a verdade não é relativa. Consequentemente, temos um argumento moral a favor da objetividade da verdade.

Duas objeções podem ser apresentadas contra essa conclusão: primeiro, pode ser dito que nós temos um determinado conjunto de crenças morais apenas porque elas refletem o que aprendemos de nossa cultura; segundo, alguém dizer que um conjunto de regras morais está certo e outro errado é intolerante, assim as crenças morais devem ser vistas relativas em nome da tolerância.⁶ Com respeito à primeira objeção, ela comete uma falácia chamada de *falácia genética*. Em outras palavras, ela está apontando a origem de uma crença enquanto tenta refutar a verdade dela. Entretanto, “o fato de que eu não acreditaria em algo se não tivesse aprendido isso não prova nada quanto ao *status* da crença ou quanto a seus fundamentos” (NAGEL, 2001, p. 122, grifo do autor).

A segunda objeção também sofre por ser um *ad hominem*. Dizer que o defensor da objetividade da moral é intolerante não é atacar a objetividade da moral ou os argumentos a favor dela. Além disso, o relativista está apelando para um princípio moral como se ele fosse objetivo, a saber, o princípio da tolerância. De fato, o relativista está entendendo o princípio da tolerância de forma equivocada. Tal princípio não prova o relativismo, mas ele só funciona se as verdades morais forem objetivas. Para que um indivíduo tolere a visão do outro, ele deve, necessariamente, discordar dela, pois, se não discordasse, ele não toleraria essa visão, ele concordaria com ela (MORELAND; CRAIG, 2005, p. 509). Em outras palavras, para se tolerar uma opinião, não se aceita ela, se aceita a existência dela. Para o princípio da tolerância, portanto, “é coerente [...] que uma pessoa julgue o ponto de vista de seu oponente errado e se dedique a fazer qualquer coisa moralmente apropriada para contra-atacar aqueles

⁶ Os mesmos argumentos são feitos a favor do Pluralismo Religioso: (1) uma pessoa só crê em determinada religião por ter nascido em uma comunidade onde as pessoas a ensinaram que aquele era a correta; (2) dizer que uma religião é a verdade, enquanto se afirma que outra é falsa, é intolerante. Entretanto, as mesmas respostas dadas acima são válidas: o primeiro argumento é um exemplo de falácia genética; o segundo é um *ad hominem*. Contudo, quanto ao segundo argumento, nesse caso, pode ser feita uma objeção adicional: aquele que diz ser intolerante afirmar que uma cosmovisão é verdadeira está, ao mesmo tempo, afirmando que sua visão de mundo acerca das religiões (a saber, o Pluralismo Religioso) é verdadeira. Sendo assim, nesse caso, é autocontraditório.

conceitos, usando argumentos e persuasão” (Ibid. p. 510). Nesse sentido, o princípio da tolerância é incompatível com o relativismo (Ibid.).

2.2.3. O RELATIVISMO, A AUTOCRÍTICA E A PREGUIÇA INTELLECTUAL

As implicações do relativismo não ficam apenas na esfera da moral. Essa ideia também gera um problema com relação à lógica e argumentação. Por que, devemos questionar, há qualquer discussão? No relativismo, uma pessoa tem seu próprio ponto de vista, enquanto outra pessoa terá outro ponto de vista. Nenhuma discussão é necessária, pois ninguém está certo. Como Thomas Nagel expressa:

O pior de tudo é que esse subjetivismo não é apenas um inconsequente floreado intelectual ou um emblema de elegância teórica, mas uma tática para rechaçar argumentos ou para minimizar as pretensões dos argumentos alheios. As asserções de que algo seja verdadeiro ou falso, certo ou errado, bom ou mau, sem restrição relativista, correm o risco de ser ridicularizadas como expressões de perspectiva limitada ou como forma de vida – não como base prévia para demonstrar que isso é equivocado enquanto outra coisa é correta, mas como uma maneira de demonstrar que nada é correto e que, ao contrário, estamos todos apenas expressando nossos pontos de vista pessoais ou culturais. (NAGEL, 2001, p. 14)

O ponto de Nagel é importante: no relativismo, tudo se torna irrelevante. Qualquer discussão é apenas a expressão de perspectivas e culturas diferentes. O resultado disso, Nagel diz:

[...] é o crescimento da já extrema preguiça intelectual da cultura contemporânea e o colapso da argumentação séria que permeia o baixo alcance das humanidades e das ciências sociais, junto com a recusa em tomar a sério, considerando-os como nada mais que declarações de primeira pessoa os argumentos objetivos de outrem. (Ibid.)

Não apenas o discutir com o outro torna-se irrelevante, como também a própria autocrítica pode ser dita como impossível. Uma pessoa não precisa usar como base um universal objetivo para criticar suas crenças particulares, já que esta tem a “sua verdade”.

2.2.4. A NATUREZA AUTOCONTRADITÓRIA DO RELATIVISMO

O relativismo também se encontra com um problema de incoerência interna. Pense nisso: se toda verdade é relativa, então a proposição “toda verdade é relativa” não seria uma verdade relativa também? Se a resposta for *não*, então é uma verdade absoluta, o que contradiz a si mesma. Como Nagel explica:

Suponhamos, para tomar um exemplo extremo, que fôssemos convidados a acreditar que nossos raciocínios lógicos, matemáticos e empíricos, constituem a manifestação de hábitos de pensamento historicamente contingentes e culturalmente localizados e que não têm maior validade para além disso. De um lado, isso aparenta ser um pensamento a respeito de como as coisas realmente são e, de outro, nega que sejamos capazes de tais pensamentos. Qualquer reivindicação radical e universal, desse tipo, precisaria estar apoiada num argumento poderoso, mas a própria reivindicação parece privar-nos da capacidade para esse tipo de argumento.

Ou o julgamento supostamente se aplica a si mesmo? Creio que isso nos priva da possibilidade de pensar seja o que for. Reivindicações de que determinado tipo de julgamento expressa um ponto de vista localizado são intrinsecamente objetivas na intenção: sugerem um quadro das verdadeiras fontes desses julgamentos, que os situa num contexto incondicional. O julgamento da relatividade ou da condicionalidade não pode aplicar-se ao julgamento da própria relatividade. Para dizê-lo esquematicamente, a reivindicação “Tudo é subjetivo” só pode ser um disparate, pois ela própria precisaria ser ou subjetiva ou objetiva. Mas ela não pode ser objetiva, já que, neste caso, se verdadeira, seria falsa; e não pode ser subjetiva, porque então não poderia promover nenhuma reivindicação objetiva, incluindo a reivindicação de que ela é objetivamente falsa. (Ibid. p. 22-23)

Ademais, Nagel observa que mesmo se o relativista (ou subjetivista) morder a isca e disser que sua afirmação é, de fato, relativa, ele não resolve o problema, pois, “isso não demanda resposta, já que é apenas um registro do que o subjetivista acha agradável dizer” (Ibid.). O proponente do relativismo da verdade poderia, então, dizer que toda a verdade é relativa, menos a verdade dessa proposição. Em outras palavras, ele advoga para uma espécie de *relativismo absoluto*, onde apenas a proposição “toda a verdade é relativa” não é relativamente verdadeira. Entretanto, tal defesa não é apenas *ad hoc*, como também comete a *falácia do taxi*, ou seja, o relativista se mantém seguindo um princípio, mas quando não lhe convém mais, ele o dispensa.

Mas o mais profundo dessa objeção é que, se a verdade for relativa, então qualquer argumento e até mesmo sua lógica torna-se relativa. Considere o seguinte argumento (1) o que se crê ser verdade muda de cultura para cultura e de época para época; (2) O que é verdade depende do que se crê ser verdade; (3) portanto, o que é verdade muda de cultura para cultura e de época para época.

Esse argumento do relativismo torna-se inválido pela conclusão. Se a verdade é relativa, então as premissas desse argumento são proposições de verdade relativa também. Além disso, os princípios da lógica, sendo relativos (dada a conclusão), fazem das premissas e da conclusão inválidas ou incoerentes. Usemos como exemplo o próprio princípio da não-contradição: “A e não-A não podem ser verdadeiros ao mesmo tempo e no mesmo sentido”. Se o relativista estiver correto, então esse princípio se torna relativo também. Assim, se nós concluirmos que: “A - O que é verdade muda de cultura para cultura e de época para época”, então também concluiremos que: “Não-A – O que é verdade *não* muda de cultura para cultura e de época para época”.

Como o princípio da não-contradição não é objetivamente verdadeiro, então ambas as conclusões se tornam verdadeiras ao mesmo tempo e no mesmo sentido. A tese do relativista não só se contradiz, como também contradiz seus próprios argumentos e toda a lógica por trás deles. Além disso tudo, como argumentam Garrett DeWeese e Moreland, com esse argumento dos relativistas exposto acima, eles estão incorrendo de **petição de princípio**. Em

outras palavras, só se aceita (2) quem já pressupõe a verdade da conclusão. Sendo assim, cai em um raciocínio circular (DEWEESE; MORELAND, 2011, p. 85, 86).

2.2.5. O PERSPECTIVISMO E AS LENTES CULTURAIS

O opositor poderia continuar dizendo que é impossível fazer um julgamento do fato em si mesmo, pois ele sempre está sendo julgado por nossas lentes e pela forma como o conceituamos de acordo com nossas culturas e tradições. Os pós-modernistas apontam esse problema contra a TVC, dizendo que os membros de qualquer cosmovisão não comunicam suas verdades de modo neutro, sem um viés. Portanto, não há em qualquer visão de mundo a capacidade de se comunicar a verdade, ou aquilo que corresponde a como o mundo realmente é (MYERS; NOEBEL, 2015, p. 149). Deve ser apontado, antes de prosseguir, que essa objeção é irrelevante para a TVC. Uma teoria de verdade não é uma teoria de epistemologia. A teoria busca dizer apenas o que a verdade é, e não dar uma forma de como determinar o que é verdadeiro ou falso (ALSTON, 1996, p. 86).⁷

Entretanto, esse argumento também se mostra como autorrefutável. Como Moreland explica, como pode o pós-modernista falar sobre o *fato* de se estar preso em uma barreira linguística, assim impossibilitando o acesso ao fato em si? Como o pós-modernista vê isso a respeito das culturas, comunidades e práticas linguísticas, se ele está impossibilitado de ver isso por causa de sua barreira cultural, comunitária e linguística? (MORELAND, 2013, p. 128)

Copan faz uma observação similar dizendo que “o perspectivista está fazendo uma afirmação de conhecimento, crendo que sua visão é verdadeira. Porém, como pode ter certeza disso se está preso em sua própria perspectiva?” (COPAN, 2009, p. 53). Assim, o perspectivista diz que não se pode sair da perspectiva de sua própria cultura, ao mesmo tempo em que afirma que sabe algo sobre todas as outras culturas.

O que o relativista está dizendo é que a comparação entre uma proposição e um fato não pode ser feita de modo objetivo, pois as pessoas sempre têm uma tendência moldada por sua cosmovisão. Contudo, essa acusação também é uma confusão entre *objetividade psicológica* e *objetividade racional*. Quanto à objetividade racional, Craig e Moreland a explicam, oferecendo um argumento:

Uma pessoa tem objetividade racional no caso de poder discernir a diferença que existe entre razões genuinamente boas ou más para uma crença e quando alguém se apegue àquela crença por boas razões. A coisa importante aqui é que o viés não elimina a habilidade de uma pessoa de avaliar as razões para alguma coisa. O viés pode tornar as coisas mais difíceis, mas não impossíveis. (MORELAND; CRAIG, 2005, p. 192)

⁷ Alston fala em um contexto de teoria realista da verdade, que é uma variação da TVC.

Craig e Moreland vão adiante explicando que, se o viés tornasse impossível a objetividade racional, nenhum professor poderia ensinar sobre um ponto de vista em oposição ao que ele crê. Isso inclui o professor pós-modernista (Ibid. p. 193). Mesmo assim, a objetividade psicológica também é possível, pois uma pessoa pode ser neutra quando não refletiu muito acerca de algo e não possui uma opinião formada. Contudo, a partir do momento em que se reflete sobre algo e se adquire boas razões para um determinado posicionamento, então seria errado ela não ter uma tendência a respeito do que foi refletido (Ibid. p. 192).

Paul A. Boghossian, em sua refutação ao relativismo, propôs um argumento similar ao da autorrefutação (BOGHOSSIAN, 2006, p. 54). Para o relativista, diz Boghossian, aquilo que chamamos de “fatos” são apenas construções sociais que são parte de uma teoria sobre o mundo (ou, um “jogo de linguagem”), a qual aceitamos (Ibid. p. 44). Dito de outro modo, quando o relativista diz que as nossas crenças sobre o mundo são apenas construções sociais e culturais, ele está dizendo que não existem fatos acerca do mundo. Nesse caso, usando o exemplo de Boghossian, não existem fatos do tipo: (1) Os dinossauros existiram; mas, apenas fatos do tipo: (2) De acordo com uma teoria que nós aceitamos, os dinossauros existiram. O problema aqui, apontado pelo autor, é que o relativista se encontra com um novo dilema: existem fatos a respeito desse último tipo, ou seja, a respeito das teorias que nós aceitamos? (Ibid.) Se a resposta for *sim*, então o relativista está abandonando sua teoria de que existem apenas fatos relativos, e não absolutos. Por outro lado, se a resposta for *não*, então se cai em uma regressão infinita, pois o relativista está dizendo: (3) De acordo com uma teoria que nós aceitamos, há uma teoria que aceitamos, e, de acordo com essa última, os dinossauros existiram; e, quando questionado de novo: (4) De acordo com uma teoria que nós aceitamos, há uma teoria que aceitamos, e, de acordo com essa, há uma teoria que aceitamos, e, de acordo com essa, os dinossauros existiram; e assim por diante (Ibid. p. 55-56). Toda vez que questionado, o relativista terá que negar que está falando a respeito de fatos absolutos, e sim apenas de uma teoria.

2.2.6. CONCLUSÃO

O relativismo da verdade, portanto, encontra problemas lógicos, morais e práticos. Observando cuidadosamente, vemos que o relativismo tem como consequência duas possibilidades: ou uma regressão infinita, ou o solipsismo. Além disso, se essa ideia fosse adotada, teríamos que assumir o risco e engolir todos os problemas trazidos com ele. A incoerência lógica interna do relativismo e do perspectivismo nos mostra sua autocontradição, fazendo com que sejam, necessariamente, ideias falsas, e, assim, não são dignas de crédito. A proclamação de que a verdade é relativa se manifesta apenas como uma opinião do relativista. Similarmente, dizer que vivemos apenas em interpretações manifestas de nossas perspectivas culturais nos faz questionar se esse perspectivismo não é ele mesmo apenas

uma interpretação. E, se for, como é que ele, preso em sua perspectiva, sabe que todas as culturas fora de si estão presas em suas perspectivas?

Assim, devemos concluir que o relativismo e suas versões variadas não passam por uma avaliação crítica. Pelo contrário, o relativismo nos mostra um perigo ao mundo como o conhecemos, podendo ser usado como justificativa para qualquer espécie de ato imoral em massa. Sua incoerência interna e suas consequências tornam, portanto, o relativismo da verdade uma teoria que não deve ser favorecida.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pelo conceito de verdade transpassou as eras e a mente humana. Em toda a história da filosofia, aquilo que é chamado de “verdade” foi definido de diversos modos. Na teologia, contudo, também há o ensino de um conceito de verdade que está de acordo com a Teoria da Verdade por Correspondência.

Os argumentos a favor da Teoria da Verdade por Correspondência (fenomenológico e dialético) nos mostram que tal teoria não é apenas um conjunto de ideias antiquadas que já foi descartado no círculo acadêmico. Em vez disso, a Teoria da Verdade por Correspondência é confirmada todos os dias por nossas experiências e expectativas. Por outro lado, o desejo de se libertar da verdade, afirmando uma relativização da mesma deve ser visto como uma teoria dita apenas “da boca pra fora”. Ninguém é um relativista quando precisa discutir ideias ou fazer críticas (incluindo a autocrítica).

Essas teorias de verdade relativa se propõem como definições do que é a verdade, as quais buscam descrever algo do mundo real (ou do mundo “lá fora”). Assim, o relativista está tentando defender uma teoria que corresponda com a realidade, pressupondo, portanto, a Teoria da Verdade por Correspondência. Se sua teoria não corresponder aos fatos, não há qualquer critério que o relativista possa usar para validar sua teoria.

Além disso, os problemas lógicos do relativismo nos levam a duvidar de sua veracidade (se, no relativismo, qualquer veracidade for possível). Somos levados a problemas de regressão infinita, solipsismo e autocontradição no relativismo da verdade. Além de termos que admitir que crenças apropriadamente básicas (como as nossas crenças morais) estão incorretas, e que atrocidades morais não estão, de fato, erradas. Com isso, toda discussão política acerca de avanços e retrocessos da sociedade tornam-se irrelevantes e sem fundamento.

Em suma, devemos tratar teorias que falam da verdade por correspondência de modo mais sério, e não pensar que são apenas ideias antiquadas, as quais Aristóteles pensou e nós superamos. Pelo contrário, ninguém consegue viver, conversar ou debater sem um conceito de verdade por correspondência. Por outro lado, o relativismo com todas as suas

incoerências internas torna justamente o viver, o conversar e o debater em impossibilidades. Quando cada um tem “sua verdade” nada avança, ninguém melhora e ninguém repensa. Assim, o relativismo é, na verdade, o maior atraso da humanidade e uma das ideias mais devastadoras que o ser humano já pensou em toda a sua história.

4. REFERÊNCIAS

ALSTON, William. **A realist conception of truth**, Nova Iorque: Cornell University Press, 1996.

ARISTÓTELES. **Metafísica**: Vol. II, Trad.: REALE, Giovanni, 4ª Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2014.

BECKWITH, Francis J.; KOUKL, Gregory. **Relativism**: feet firmly planted in mid-air, Grand Rapids, MI: Baker Books, 1998. Edição Kindle.

BIBLEHUB. **225. alétheia**, [2004?a]. Disponível em: <<https://biblehub.com/greek/225.htm>>. Acesso 05 abr. 2019.

_____. **228. aléthinós**, [2004?b]. Disponível em: <<https://biblehub.com/greek/228.htm>>. Acesso 05 abr. 2019.

BOGHOSSIAN, Paul A. **Fear of knowledge**: against relativism and constructivism, Nova Iorque: Oxford University Press, 2006.

CILENTO, Angela Zamora. A metafísica de artista enquanto concepção estética do mundo. **Revista Primus Vitam**, ISSN 2236-7799, São Paulo, nº 3, 1º sem. 2012. Disponível em: <http://delphos-gp.com/primus_vitam/primus_4/angela_metafisica.pdf>. Acesso 12 nov. 2018.

COPAN, Paul. **“True for you but not for me”**: overcoming Objections to the Christian Faith, Bloomington, Minnesota: Bethany House Publishers, 2009. Edição Kindle.

DEWEESE, Garrett J.; MORELAND, J. P. **Filosofia concisa**: uma introdução aos principais temas filosóficos, São Paulo: Vida Nova, 2011.

EVANS, C. Stephen. **God & moral obligations**, Oxford: Oxford University Press, 2013.

GEISLER, Norman L. **A history of western philosophy, volume I: ancient and medieval**, Matthews, NC: Bastion Books, 2012. Edição Kindle.

_____. **Teologia sistemática**, Vol. 1, Rio de Janeiro: CPAD, 2010.

MACKIE, John L. **The miracle of theism**: arguments for and against the existence of God, Nova Iorque: Oxford University Press, 1982.

MORELAND, J. P. **Kingdom triangle**: recover the christian mind, renovate the soul, restore the spirit's power, Grand Rapids, MI: Zondervan, 2007.

_____. “O pós-modernismo e a verdade”, In: GEISLER, Norman L.; MEISTER, Chad V. **Razões para crer**: apresentando argumentos a favor da fé cristã, Rio de Janeiro: CPAD, 2013.

MORELAND, J. P.; CRAIG, William Lane. **Filosofia e cosmovisão cristã**, São Paulo: Vida Nova, 2005.

MYERS, Jeff; NOEBEL, David A. **Understanding the times**: a survey of competing worldviews, Colorado Springs, CO: David C Cook, 2015. Edição Kindle.

NAGEL, Thomas. **A última palavra**, São Paulo: Editora UNESP, 2001.

NASH, Ronald H. **Faith and reason**: searching for a rational faith, Grand Rapids, MI: Zondervan, 1988.

PLATÃO. **Diálogos de Platão**: Teeteto-Crátilo, 2ª Ed., Belém, PA: Universidade Federal do Pará, 1988.

SABATINI, Marco. A crítica de Nietzsche à verdade: em “busca” de conhecimento enquanto criação. **Humanidades em diálogo**, ISSN 1982-7547, v. 4, n. 2, p. 235-249, 9 dez. 2012. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/humanidades/issue/view/7995/413>>. Acesso 28 jun. 2019.

SEARLE, John. **The refutation of relativism**, 2001. Disponível em <<http://www.u.arizona.edu/~aversa/refutationofrelativism.pdf>>. Acesso 26 ago. 2018.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma teológica**, Vol. 1, 3ª Edição, São Paulo: Edições Loyola, 2009.

Contatos: felipe.forti@live.com e christian.medeiros@mackenzie.br